



O Observatório da Imprensa e a Classificação Indicativa: Uma Análise Semiótica¹

Luiz Augusto Seguin Dias e Silva²

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, SP

Resumo

Com a polêmica causada pelo início do debate sobre a classificação indicativa às emissoras de rádio e televisão do país, o Observatório da Imprensa discute o tema com o intuito de desenvolver uma linha argumentativa contrária à produzida pela grande mídia sobre o assunto. E a identificação dessa linha argumentativa e das estratégias discursivas utilizadas pelo programa é possível por meio da análise discursiva baseada no percurso gerativo do sentido.

Palavras-chave: televisão; classificação indicativa; semiótica discursiva; percurso gerativo do sentido.

1. Introdução

A partir de 11 de julho de 2007, com a assinatura do Ministro da Justiça, ficou decidido que as TVs teriam 180 dias para autoclassificar seus programas segundo a classificação indicativa proposta pelo Governo Federal, a qual está sujeita às exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, os programas que antes poderiam ser transmitidos em qualquer horário, agora precisam se adequar às faixas horárias condizentes ao seu conteúdo, sendo aí restritas as cenas de sexo, de violência, de linguagem de baixo calão etc.

As próprias emissoras serão encarregadas de classificar seus programas, podendo ser acusadas pelo telespectador, caso esse se ache afetado, de não cumprimento da lei ou de erro na classificação, o que não deixa de ser uma limitação à livre programação das emissoras em detrimento do respeito aos telespectadores.

É válido lembrar que a constante perseguição aos altos índices de audiência faz com que as emissoras de televisão, muitas vezes, extrapolem o bom senso e até a ética ao transmitirem conteúdos ofensivos e inadequados à determinada faixa horária. Com a determinação do Ministério da Justiça, as emissoras terão que se adequar às regras e

¹ Trabalho apresentado no GP Semiótica da Comunicação do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista – UNESP.
Endereço eletrônico: laseguin@hotmail.com



deixar os interesses financeiros em segundo plano, ao menos em algumas ocasiões em que seja preciso rever ou retirar a transmissão de determinada exibição.

Dessa maneira, será analisado, por meio do percurso gerativo do sentido, o discurso do programa Observatório da Imprensa exibido no dia 17 de julho de 2007, uma semana após o decreto da portaria 1.220, a qual estabelecia as novas regras de auto-classificação da programação de TVs e rádios. Nessa exibição, o Observatório aborda o tema da classificação indicativa, enfatizando a história da discussão, os personagens diretamente envolvidos e as consequências dessa medida para a sociedade brasileira. Por fins metodológicos, a análise será limitada ao vídeo e às falas e intervenções do apresentador, já que o discurso completo da exibição, incluindo as falas dos convidados, torna o objeto muito extenso, o que acaba impossibilitando uma análise segura e compacta. Além disso, é o vídeo e o apresentador que estruturam a linha enunciativa do programa.

2. Análise

A análise terá como base teórica o percurso gerativo do sentido desenvolvido por Greimas e Courtés (1983, p. 86), mantendo o foco principal nos níveis narrativo e discursivo. A percepção das transformações ligadas a personagens individualizados, os sujeitos narrativos envolvidos e o papel que cada um desempenha, sem deixar de levar em consideração o espetáculo presente, serão alcançados pelo nível narrativo (BARROS, 2002, p.16). Já as linhas enunciativas recorrentes no discurso, entre as quais as isotopias³ temáticas fazem parte, serão visualizadas por meio do nível discursivo do percurso gerativo.

Para facilitar o entendimento do jogo enunciativo presente, segundo a semiótica greimasiana, precisamos nomear os sujeitos da cena narrativa do programa. O papel do apresentador é fundamental, já que ele, além de controlar a entrada do vídeo que dá suporte à discussão, atua como narrador, pois “é o simulacro discursivo do enunciador, explicitamente instalado no discurso, a quem o enunciador delegou voz, ou seja, o dever e o poder narrar o discurso em seu lugar” (Ibidem, p. 88). Outra função desempenhada

³ A isotopia é a reiteração, a repetição de traços semânticos ao longo do texto. Traços esses que dão coerência semântica e transformam o texto em uma unidade (FIORIN, 2005, p. 112).



pelo apresentador é a de destinador-manipulador, que é “responsável pelos valores do discurso e capaz de levar o enunciatário a crer e a fazer” (Ibidem, p. 62).

Segundo Barros, um programa narrativo é um encadeamento de enunciados (Ibidem, p. 36), onde podemos identificar o percurso de um sujeito em relação a outro. Sendo assim, há dois programas narrativos identificados. O primeiro é o programa narrativo que envolve o enunciator⁴ Observatório da Imprensa (PN 0) e o seu enunciatário⁵, qualquer telespectador capaz de assistir ao programa. Já o segundo programa narrativo abarca o narrador/destinador-manipulador – o apresentador – e os telespectadores que assistem ao Observatório, que são os narratários/destinatários – os telespectadores. O programa narrativo 1 está sempre representando um programa narrativo maior e implícito, que é o 0, do seu enunciator.

Os diversos convidados escolhidos pela produção da equipe para participar da exibição são os actantes-sujeitos, assim como os entrevistados que aparecem dando depoimentos nos vídeos delegados pelo apresentador. Na instância comunicativa, consideramos o *Observatório da Imprensa*, enquanto programa constituinte de uma programação televisiva, como o enunciator, o qual produz um enunciado – a exibição que discute a classificação indicativa – para o seu enunciatário, que é o telespectador.

O programa tem início com um esclarecimento sobre o acidente envolvendo um avião da TAM, ocorrido naquela mesma noite em São Paulo. Apesar das poucas informações, o apresentador apenas coloca o telespectador a par da situação, o que é uma característica do programa ao vivo. Apesar de não ter relação direta com o tema do dia, há uma espécie de dever moral de informar o público do programa sobre um acontecimento de grande comoção nacional.

Após a breve informação, o apresentador expõe que a mídia eletrônica conduziu o debate sobre a classificação indicativa de forma desequilibrada e sem isenção, logo o Observatório da Imprensa possui a obrigação de tratar do assunto. Ou seja, além de criticar diretamente o fazer da mídia eletrônica, o apresentador coloca o seu programa no patamar de um contra-discurso. Já que a mídia pôde agir da maneira que quis, agora o Observatório terá a sua oportunidade de tratar do assunto.

O apresentador, em sua primeira fala, já deixa claro o seu posicionamento - o que conseqüentemente será um norte para a condução do programa - quando, além de

⁴ “Denominar-se-á enunciator o destinador implícito da enunciação (ou da comunicação)” (Greimas; Courtés, 1983, p. 150).

⁵ “...o enunciatário corresponderá ao destinatário implícito da enunciação” (idem).”



chamar de “desequilibrada” e “sem isenção” a ação da mídia eletrônica, afirma que a mídia “advogou em causa própria” e que não agiu com objetividade, o que tornou o seu fazer pobre em credibilidade e respeitabilidade.

Já percebemos aí, antes mesmo da exibição do vídeo que introduz o tema ao telespectador, uma série de críticas e acusações, por parte do apresentador, à mídia brasileira, principalmente a eletrônica, com relação à cobertura da classificação indicativa. O narrador, atuando como destinador-manipulador, já molda o discurso com valores negativos, visando a adesão afetiva do destinatário – o telespectador – no sentido de crer que a grande mídia agiu de maneira irresponsável e tendenciosa. Tal fato, conseqüentemente, vangloria o próprio Observatório, pois o mesmo age exatamente em oposição a essas atitudes, ou seja, age corretamente. Essa é a pretensão do destinador-manipulador.

Em seguida, o apresentador afirma que a mídia “distorceu completamente a realidade” a partir do momento em que tentou relacionar a classificação indicativa com a censura. Além de deixar explícita a sua posição quanto ao tema, o apresentador, ao argumentar que a mídia distorceu a realidade, procura estabelecer uma crença veridictória com o seu telespectador, o que será buscado no decorrer do programa por meio da instauração de um contrato fiduciário. Outro fato que já é percebido desde então é a isotopia temática⁶ do descrédito, pois o apresentador adjetiva negativamente todas as ações da grande mídia no que diz respeito à classificação indicativa.

O narrador ainda expõe que, devido a todo esse agir imparcial e equivocado da grande mídia, o Observatório da Imprensa tem a obrigação de tratar não só da classificação indicativa, mas também da concentração de vários veículos de comunicação nas mãos de poucas empresas. Ou seja, para o apresentador, o agir da grande mídia foi tão prejudicial à sociedade para o entendimento da questão, que é preciso ir além e discutir quem são os responsáveis por essas “mídias” e como se configura a concentração midiática no Brasil.

O fato de se sentir “obrigado” a tratar do assunto da concentração da mídia no país, somado à exposição anterior do apresentador, estrutura a criação de uma instância de verdade. O programa é obrigado a tratar de determinado assunto pelo fato de trabalhar com a verdade e com o respeito para com o telespectador, fato que procura criar uma

⁶ Segundo Barros (2002, p. 74), “a isotopia temática decorre da repetição de unidades semânticas abstratas em um mesmo percurso temático. Quando se lê um texto, busca-se o tema que costura os diferentes pedaços do texto, ou seja, a isotopia temática”.



segurança no mesmo. Toda essas estratégias discursivas permitem que, na instância comunicativa, o enunciador procure instaurar um contrato fiduciário em que o enunciatário acredite nas afirmações e passe a ser crítico também à atual da grande mídia sobre o tema. Assim, “o enunciado produzido torna-se um objeto de uso do enunciador, cujo objetivo é levar seu enunciatário a crer no que diz” (Diniz *et al.*, 2000, p. 1).

Para dar ainda mais credibilidade a sua fala, o apresentador cita, ao final de sua primeira exposição, os Estados Unidos como a terra da livre iniciativa, onde a concentração de mídia - ou seja, a posse de televisões, rádios e jornais pelo mesmo grupo de comunicação – é fiscalizada. Para mostrar que é possível melhorar o quadro atual, o âncora do observatório faz uso da comparação.

Na seqüência, a co-apresentadora, Cláudia Tisato – sujeito-adjuvante -, apresenta os convidados do programa, que são o ex-ministro da justiça, José Gregori, que está em São Paulo; o Secretário Nacional de Justiça, Antônio Carlos Biscaya, que fala de Brasília; e a presidente da MultiRio Regina de Assis, que está no Rio junto com os apresentadores. Logo após essa apresentação, o sujeito-adjuvante anuncia qual é a pergunta da urna eletrônica do dia⁷. No caso, o programa quer saber se a mídia eletrônica fez pressão contra a classificação indicativa para a programação de TV.

É importante ressaltar que o apresentador já havia dito que a mídia tinha feito uma condução equivocada e “desequilibrada” do tema, o que foi reiterado pela co-apresentadora ao fazer o questionamento ao telespectador. Sendo que, logo após formular a pergunta, o sujeito-adjuvante, ao introduzir o vídeo que virá a seguir, afirma que a portaria, assinada em 11 de julho pelo ministro Tarso Genro, passou por modificações devido a “pressões das emissoras”.

Toda essa relação entre a fala inicial do apresentador, a enquete e a posterior fala da co-apresentadora, ao afirmar que houve pressão por parte das emissoras, explicita as ações do destinador-manipulador no intuito de fazer com que o seu enunciatário, o telespectador, creia no que diz. Se essa tentativa de persuasão for concretizada, e o contrato fiduciário efetivado, a tendência é que o “sim” vença na urna, já que a pergunta feita pela co-apresentadora aos telespectadores já está envolta a posicionamentos que

⁷ O *Observatório da Imprensa* realiza enquetes com questionamentos sobre a temática do dia, onde os telespectadores podem votar pela internet.



asseguram que houve ‘pressão’ por parte da mídia eletrônica contra a classificação indicativa.

A equipe do observatório, assim, reforça uma posição tendenciosa quanto à enquete, o que nos faz caracterizar uma tentativa de manipulação a partir do entendimento de que “o fazer persuasivo é o recurso que leva, no discurso e pelo discurso, à realização do fazer manipulador” (SOBRAL, 2005, p. 130).

Ao final da fala da co-apresentadora, um vídeo com o intuito de explicitar os trâmites que envolvem o tema da classificação indicativa, desde o seu início até a situação atual, é exposto, como analisaremos no tópico seguinte.

2.1 – O vídeo

Quem narra o vídeo é uma voz em off, delegada pelo apresentador e por sua co-apresentadora. Essa delegação interna de voz é um recurso discursivo de produção de efeitos de sentido, usado para atribuir ao outro a responsabilidade discursiva (BARROS, 2002, p. 57). Mesmo sendo esse sujeito operador narradora – no sentido comunicativo, e não semiótico – delegado pelo narrador, cria-se essa situação ‘real’ de diálogo, onde um outro sujeito é o responsável pelo discurso.

No vídeo, a narradora afirma que desde quando o governo procurou impedir a exibição de cenas de sexo e violência em determinados horários, as emissoras iniciaram “uma verdadeira batalha” forçando modificações nas portarias baixadas nos últimos anos, e diz ainda que “a alegação é sempre a mesma: classificação indicativa é censura”. O programa narrativo da narradora (PN 2), de caráter modal, busca conferir competência ao apresentador, de modo a reiterar certas posições do mesmo, destacar novos elementos para o debate e legitimar o programa como ‘conhecedor’ do tema.

Ao afirmar que a alegação das emissoras é sempre a censura, a locutora trata a ação delas como um lugar-comum, como se, de tão freqüente, elas já tivessem se tornado previsíveis, o que não deixa de ser uma tentativa de desqualificação do fato. Em seguida, um transeunte é ouvido pelo programa e defende veementemente que não há censura na classificação indicativa, o que vem ressaltar o posicionamento exposto pelo apresentador antes da exibição do vídeo, o qual deixava claro que falar de censura é uma distorção da realidade.



Dessa vez, o sujeito operador narradora fez uso de uma *debreagem enunciva* ao ceder espaço para a fala do transeunte – actante-sujeito –, conseguindo, assim, o efeito de imparcialidade perante o assunto tratado e criando uma ilusão de distanciamento da enunciação (Ibidem, p. 58). Afinal, foi um terceiro sujeito que discursou.

E podemos perceber uma relação entre os posicionamentos do apresentador, da narradora do vídeo e do transeunte - ou seja, do narrador, do sujeito operador e do actante-sujeito -, que configura a ação do destinador-manipulador. Ele, por meio dessa reiteração de posicionamentos, procura estabelecer um *fazer-criar* ao seu destinatário, de modo que esse último também tome a ideia de censura como um erro no que diz respeito à classificação indicativa.

Em seguida, a narradora afirma, no relato contado, que o Ministério da Justiça admitiu que houve pressão contra a portaria publicada em 11 de julho⁸ e que diversas reportagens foram feitas para defender a posição das emissoras⁹. Com essa recorrência, além de identificarmos uma reiteração ao posicionamento do destinador-manipulador, já podemos exaltar uma isotopia temática da pressão devido ao uso extensivo dessa expressão para reforçar a ação das emissoras no caso da nova portaria, o que é classificado como errado por parte do programa. Com essa informação, unida à isotopia temática da pressão, a narradora responde a pergunta da urna eletrônica do programa. E, para isso, cita a posição de uma voz legitimada, o Ministro da Justiça Tarso Genro, como forma de reforçar o fato.

Na seqüência, o vídeo novamente faz uso da *debreagem enunciva* ao dar voz a dois depoimentos favoráveis à classificação indicativa. Com essa estratégia, o posicionamento favorável à medida do Ministério da Justiça é dado por um terceiro, e não pela narradora. Esses depoimentos sustentam o argumento tanto do narrador como do sujeito operador narradora, de que a classificação indicativa é importante e necessária. A *debreagem enunciva* cria essa ilusão de que outros sujeitos corroboram a fala dos sujeitos da equipe do programa, o que é uma estratégia discursiva de persuasão, por parte desses últimos.

⁸ O fato é exemplificado na imagem que aparece no vídeo, o de uma reportagem da Folha de São Paulo na qual o título é “Pressão das TVs foi ‘grande’, diz Romão”. Em destaque, temos o texto “o poder de auto-classificação dado às TVs representa ‘risco democrático’ ”.

⁹ Reportagem do jornal O Globo, do grupo Globo, informa no título: “Na prática, funciona como censura prévia”, assinada pelo jornalista Ricardo Linhares, que tem o nome também em destaque.



Na volta à fala da narradora, a mesma informa que vários profissionais da Rede Globo criticaram a posição do governo¹⁰, porém há exceções, como é o caso da atriz Camila Pitanga. Assim, a narradora afirma que, apesar das posições diferentes, “todos concordam que é preciso preservar as crianças contra os excessos da televisão”, o que é demonstrado pelos dois depoimentos seguintes, os quais falam do constrangimento perante cenas de sexo e banalização cultural e dos impactos que sofrem as crianças que têm acesso exacerbado a conteúdos violentos da programação televisiva.

O sujeito operador narradora deixa clara a sua postura perante o tema em debate e age como um destinador-manipulador, apenas chamando vídeos que reiteram suas posições. Tal fato busca fazer com que o telespectador creia no que está sendo passado pela narradora. A própria palavra “todos” utilizado por ela, para dizer que todos são a favor da proteção das crianças, é um termo bastante genérico, mas contém um efeito de sentido que garante segurança à narradora, pelo menos perante os olhos de quem assiste ao programa.

O vídeo, então, abre espaço para o diretor de conteúdo do Grupo Estado, que garante a imprensa em geral como defensora da classificação indicativa. O próximo entrevistado é editor de opinião da Folha de S. Paulo. Ele procura demonstrar a dificuldade por parte das TVs em se ajustarem à classificação indicativa e, conseqüentemente, tenta justificar a campanha feita pelas mesmas. Ambos os depoimentos foram frutos de debreagens internas.

O fato de ceder espaço a um editor da Folha demonstra que o Observatório tem a preocupação de ouvir as diversas vozes presentes na discussão, já que a Folha aparece em algumas manchetes expostas no vídeo e faz parte da chamada “grande mídia” a que o apresentador se refere como contra a portaria do Ministério da Justiça.

Após expor a opinião de várias pessoas, o programa faz uma recapitulação do tema classificação indicativa, de modo que busca em seus próprios arquivos a fala do então Secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori, de 1999, onde ele explica o início de uma proposta de regulação à programação televisiva. O programa, com isso, faz uso da metalinguagem, ou seja, utiliza material dele próprio para embasar um novo posicionamento. Apesar de usar a mesma debreagem enunciada que nos depoimentos anteriores, o fato de esse ser um depoimento do próprio arquivo do programa reforça a

¹⁰ Reportagem do jornal Folha de São Paulo, cujo título é: “Falta criatividade à TV, diz Fausto Silva”. Em destaque, há o texto: “em entrevista à Folha, Fausto Silva critica proposta de classificação indicativa de programas e afirma temer ‘censura’”.



importância do Observatório para a temática em questão. Tal fato é um exemplo de auto-referenciação.

O Observatório estrutura-se como conhecedor da causa, pois já tratou desse tema anteriormente e tem liberdade para tecer opiniões diversas. Ainda é somado a isso a constante auto-referenciação, em que o programa critica as atitudes da grande mídia - principalmente eletrônica - e exalta a sua 'obrigação' de tratar do assunto, portando-se como um representante da parcela da população que está carente de informação verdadeira. Todo esse desenvolvimento é mais uma estratégia discursiva utilizada pelo programa para aderir credibilidade e responsabilidade a sua imagem.

Essa estruturação do enunciado favorece a tentativa, por parte do enunciador Ver TV, de estabelecer o contrato fiduciário com o seu enunciatário. A argumentação baseada na auto-referência é uma estratégia muito forte na tentativa de criação de um acordo tácito entre ambos, já que o enunciador não se mostra apenas como investigador, mas também como fonte de informação.

Em seguida, a narradora afirma que “ao contrário da grande mídia, o Observatório continua atento às modificações da lei, mostrando as posições contra e a favor da mesma”¹¹, o que reitera a isotopia do descrédito quando se trata das ações da grande mídia e, ao mesmo tempo, exalta novamente a importância da auto-referenciação, pois a narradora faz questão de enaltecer o trabalho do Observatório e classificá-lo como imparcial.

O uso das imagens dos jornais impressos reiterando a fala da narradora, durante boa parte do vídeo, é uma forma de legitimar o seu posicionamento e, ao mesmo tempo, de dar nome à grande mídia responsável pela condução “desequilibrada” e “sem isenção” da discussão sobre a classificação indicativa. Assim, na instância comunicativa, o enunciador identifica quem fez o discurso que permitiu e motivou o atual contra-discurso do programa e exhibe ao seu enunciatário que tudo o que fala está baseado em fatos reais e comprováveis.

2.2 – O debate

Após o final do vídeo, o apresentador procura esclarecer o telespectador ao informar que buscou deixar o debate do programa mais equilibrado e isento, ao contrário do que

¹¹ Reportagem da revista Época com o título: “No limite da censura. Ministro quer controlar a programação de TV”.



fizeram as emissoras de televisão. As expressões sobre equilíbrio e isenção, usadas pelo âncora do programa, são referências às utilizadas logo em sua primeira fala ao início da exibição. Essa recorrência possui duas funções, tanto a de reforçar a isotopia temática do descrédito para com a campanha da grande mídia, principalmente da mídia televisiva, quanto para, mais uma vez, por meio da utilização da auto-referenciação, procurar estabelecer a crença veridictória no telespectador. O narrador, sempre que possível, exalta os pontos negativos da cobertura televisiva e enfatiza como corretas as informações passadas pelo próprio *Observatório da Imprensa*, reforçando o contrato fiduciário.

O apresentador, depois de criticar a mídia televisiva, ressalta que fez um convite para que a Rede Globo enviasse um representante, só que o mesmo, que seria um membro da ABERT, ligou horas antes do programa para informar que não poderia comparecer. Dessa forma, o apresentador já refuta a posição de que o debate não foi aberto, dizendo que sim, ele foi aberto e deveria ser mais se a Rede Globo tivesse enviado um representante. Uma outra falta para o programa foi a não possibilidade de participação do ministro José Gregori pelo fato da TV Cultura de São Paulo, onde o ministro estava, ter transmitido ao vivo informações sobre o desastre com o avião da TAM.

Com a falta de um representante da Rede Globo, o qual estabeleceria um contra-discurso ao do programa, o narrador fica livre para realizar uma discussão parcial sobre o tema, já que os dois actantes-sujeitos convidados são favoráveis à classificação indicativa da programação televisiva.

Podemos perceber, então, que uma característica marcante do *Observatório da Imprensa* é a auto-referenciação. Em vários momentos o programa busca informações em edições anteriores, além do fato do apresentador e da narradora do vídeo exaltarem o próprio fazer como modo de demonstrar que o Observatório está sempre correto em seus posicionamentos. A utilização dessa estratégia, ao mesmo tempo em que parece limitar as fontes para a argumentação, demonstra convicção e segurança nas posições do programa, o que cria uma imagem de credibilidade.

Começa, então, o debate proposto pelo programa. E já na primeira pergunta ao Secretário Nacional de Justiça, o narrador retoma uma característica já exposta anteriormente, que é a isotopia temática do descrédito para qualificar a atitude da mídia eletrônica. Sendo que, além dela, o narrador faz uso também de temas pejorativos para



identificar a argumentação da mídia eletrônica contra a classificação indicativa, tais como “censura”, “totalitária” e “autoritária”. Dessa forma, duas isotopias temáticas costuram a linha argumentativa do enunciador Observatório da Imprensa quanto ao tema, a do descrédito às atitudes e a do exagero às argumentações da mídia eletrônica. E, ao explicitar toda essa situação, o narrador pede para que o seu actante-sujeito entrevistado ponha os “pontos nos is”, ou seja, afirma que há algo errado com essa tentativa de depreciação da classificação indicativa, o que pode ser explicado pelo convidado do programa.

O narrador, ao formular a sua pergunta, expõe vários posicionamentos próprios que já ganharam corpo antes mesmo do início do debate com os convidados, procurando, de certa forma, induzir a resposta do actante-sujeito. Assim, o narrador utiliza a sua competência de modo a instaurar um dever-fazer na fala do actante-sujeito, que seria tentado a auxiliar a posição dominante que lhe é passada.

O narrador utiliza, nas duas primeiras perguntas que formula ao dois sujeitos operadores, o argumento de que a classificação indicativa é uma questão da sociedade, e não apenas um motivo para uma queda de braço entre governo e oposição. Com esse posicionamento, que se faz presente também ao final do programa, o apresentador envolve o tema em questão em uma esfera de extrema importância para todos os telespectadores, logo, devido a isso, precisa ser discutida no programa.

A posição do apresentador é muito livre, de maneira que ele formula críticas diretas a instituições, como é o caso da ABERT e da Rede Globo, baseadas, muitas vezes, apenas em posicionamentos pessoais, e não necessariamente em fatos ou dados concretos. Tanto é que o apresentador, mesmo criticando a Rede Globo pela postura perante a classificação indicativa, considera como “duas exceções admiráveis” os depoimentos das atrizes Camila Pitanga e Fernanda Torres, que demonstraram publicamente, por meio da Folha de São Paulo, os seus posicionamentos favoráveis à portaria imposta pelo Ministério da Justiça.

O narrador, atuando como destinador-manipulador, chega a chamar toda a mobilização da grande mídia de falsa, considerando que a mesma perverte o conceito de cultura e de liberdade e banaliza a questão da censura – mais uma vez reiterando a temática do descrédito. O seu discurso adota um tom agressivo que procura, de uma vez por todas, empobrecer os argumentos utilizados pela grande mídia para criticar a classificação indicativa. O destinador-manipulador estrutura um contra-discurso com



exposições diretas, ríspidas e bem embasadas, o que facilita a instauração do sentido de verdade ao que é passado ao enunciatário.

A comparação da classificação indicativa brasileira com outros modelos internacionais também aparece nas perguntas formuladas pelo apresentador. Ao fazer isso, o narrador, delegando voz ao actante-sujeito, procura mostrar ao telespectador que o modelo brasileiro não é tão rigoroso como a grande mídia eletrônica afirmou em sua campanha. Com isso, através da fala do actante-sujeito, o narrador procura legitimar suas posições e fortalecer a linha discursiva em defesa da classificação indicativa.

Ao negar a posição da grande mídia eletrônica e informar que há vários exemplos bem sucedidos de classificação indicativa ao redor do mundo, o narrador, ao invés de criar a argumentação para comprovar essas informações, estrutura a pergunta para que o actante-sujeito convidado assim o faça. Dessa forma, o apresentador cria um forte mecanismo para a concretização do contrato fiduciário, já que deixa que vozes legitimadas confirmem a sua afirmação ou coloquem outros pontos importantes sobre os modelos de controle da programação televisiva no mundo.

O mesmo acontece quando, ainda nas formulações das perguntas, o apresentador dá exemplos de outros setores e de outros países para procurar justificar a necessidade de uma regulação, justificando que a regulação é uma tendência mundial, logo o Brasil não pode fugir dela. Na própria formulação há críticas ao - segundo a ironia do apresentador - “senhor mercado” brasileiro. Esse fato reforça a posição do apresentador no sentido de induzir as respostas dos convidados a uma linha de pensamento parecida com a sua. Ele faz, assim, uso do seu poder de delegação para procurar, na fala dos entrevistados, justificativas e argumentos que reforcem os seus posicionamentos e, conseqüentemente, reforcem o fazer-criar no telespectador, que está passível a essas ações do destinador-manipulador.

3 – Considerações finais

Percebemos que essa exibição do *Observatório da Imprensa* estrutura-se para transmitir um contra-discurso ao produzido pela grande mídia, principalmente pela mídia eletrônica, no que diz respeito à classificação indicativa. Para alcançar o seu objetivo, o programa faz uso de algumas estratégias principais.



Uma estratégia é a da recorrência de referências pejorativas quando o apresentador cita as atitudes da grande mídia com relação à portaria proposta pelo Ministério da Justiça. São identificadas, através disso, três isotopias temáticas: a do descrédito, utilizada para desqualificar a campanha das emissoras de TV, exemplificada nas expressões “desequilibrada”, “sem isenção”, “advogou em causa própria”, “campanha difamatória” etc; a da pressão, usada como suporte para identificar o caráter errôneo e ilegal na abordagem das emissoras; e a da censura, para demonstrar que as emissoras alegavam algo inexistente, exemplificada nas expressões “totalitária”, “censura”, “autoritária” etc.

Outra estratégia é a constante auto-referenciação, que é utilizada tanto no vídeo quanto nas falas do apresentador, fazendo, inclusive, uso da linguagem metalinguística. De maneira geral, essa auto-referência transmite o conceito de auto-suficiência e competência ao Observatório, já que ele possui embasamento próprio suficiente para argumentar contra as atitudes das emissoras de TV em relação à classificação indicativa. Seja por já ter realizado debates sobre o tema ou por ser um ícone de programas críticos, o Observatório agrega credibilidade ao seu discurso por meio da constante auto-referenciação.

A colocação de posicionamentos na formulação das perguntas também é uma estratégia importante na estruturação do programa, já que o narrador, durante o desenvolvimento do questionamento, insere uma série de posições e até dados que comprovavam uma idéia consolidada, fazendo com que o actante-sujeito prossiga na mesma linha de argumentação em sua resposta. Essa estratégia pode não ser aceita pelo entrevistado, na instância enunciativa e, conseqüentemente, não ter efeito também na instância comunicativa, caso o telespectador não acate a estratégia do apresentador. Porém, no caso da exibição em estudo, elas são efetivadas, pois os entrevistados têm um posicionamento parecido com o do apresentador.

A estratégia citada no parágrafo anterior é uma explicitação das ações do destinador-manipulador, que aparece em diversos momentos do programa. Podemos ver essas ações na relação entre os posicionamentos do apresentador e da co-apresentadora intermediando a enquete exposta aos telespectadores, onde ambos reforçam a pressão promovida pela grande mídia, induzindo, dessa forma, uma resposta positiva dos telespectadores à enquete, sendo que o discurso da pressão ainda é alentado pela própria narradora do vídeo, posteriormente, quando cita a fala do Ministro da Justiça. Outro



exemplo das ações do destinador-manipulador está na relação entre os posicionamentos que negavam a existência de censura por parte do apresentador, da narradora do vídeo e do transeunte que opina no vídeo. Em ambos os casos há a presença marcante da harmônica relação entre o apresentador e sua equipe – personificada pela co-apresentadora, pela narradora do vídeo e pelo transeunte presente no vídeo, que é um actante-sujeito delegado -, fazendo com que posições semelhantes sejam expostas por sujeitos distintos, resultando em um discurso quase unânime do programa e, dessa maneira, induzindo o destinatário a crer no que é dito de modo tão veemente.

As ações do destinador-manipulador também estão presentes nas constantes tentativas de provar que o Observatório só se apóia na verdade, ao mesmo tempo em que desqualifica a campanha feita pela mídia eletrônica com relação à classificação indicativa. A negação do contrário é uma estratégia importante para o ganho de credibilidade para si próprio, ou para o próprio discurso.

Todas essas estratégias expostas até aqui servem como suporte para a tentativa, tanto por parte do destinador-manipulador como por parte do enunciador Ver TV – principalmente pelo último -, de instauração do contrato fiduciário com o enunciatário do programa, o telespectador. As várias estratégias buscam concretizar um acordo tácito entre programa e telespectador, onde último crê no que lhe é passado e toma esse posicionamento como seu, ou pelo menos como algo a ser levado em consideração.

Todas essas estratégias fazem com que o programa se estruture de maneira a contrapor o discurso já realizado de maneira intensa e extensa por parte da grande mídia, principalmente a televisiva, com o intuito de desqualificar o que já havia sido dito por ela e estabelecer uma nova verdade, agora baseada na credibilidade do Observatório da Imprensa.

Referências bibliográficas

BARROS, D. L. P. de. **Teoria Semiótica do Texto**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

DINIZ, M. L. V. P.; DOMINGOS, A. A.; PORTELA, J. C.; SANTOS, V. dos. Semiótica greimasiana aplicada à publicidade televisiva. **Estudos Lingüísticos**, Bauru, USC, vol. 29, p. 174-181, 2000. ISSN 1413-0939.

FIORIN, J. L. **Elementos de análise do discurso**. 13ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.



GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de Semiótica**. Trad. Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Cultrix, 1983.

SOBRAL, A. U. A relação entre enunciador e enunciatário num discurso de Plínio Salgado. In: LOPES, I. C.; HERNANDES, N. (orgs.). **Semiótica: objetos e práticas**. São Paulo: Contexto, 2005.